

SUS vai ofertar canetas emagrecedoras para pacientes com obesidade

Medicamentos da classe dos agonistas do receptor GLP 1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras, serão distribuídos via Sistema Único de Saúde (SUS) para pacientes com obesidade. A oferta, de acordo com o Ministério da Saúde, será feita com base em estudos e na definição de um protocolo clínico. **Página 02**



Aposentado ou pensionista que votar não precisará fazer Prova de Vida **Página 04**

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII - Nº 5118 - Rondônia, fim de semana, 19, 20 e 21 de Setembro de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Lei proíbe prisão de candidatos e eleitores durante período de votação

Essa imunidade eleitoral tem o objetivo de evitar prisões ou constrangimentos realizados por motivações políticas **Página 08**

3

Funai abre processo seletivo com salários de até R\$ 7,6 mil em Ji-Paraná



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

VOCÊ É A NOSSA NOTÍCIA!

Tem algo importante, curioso ou que merece ser visto por todos?

ENVIE PARA A GAZETA E NÓS DIVULGAMOS!

Aqui, a **sua voz** tem vez. Sua informação pode virar notícia e ajudar a transformar a realidade da nossa comunidade.



Entre em contato com a nossa redação:

WHATSAPP 69 99338-0808

Sua sugestão pode **fazer a diferença!**



Tudo que você envia pode ser publicado no site **A Gazeta de Rondônia** e nas nossas redes sociais!



SUS vai ofertar canetas emagrecedoras para pacientes com obesidade

Medicamentos da classe dos agonistas do receptor GLP 1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras, serão distribuídos via Sistema Único de Saúde (SUS) para pacientes com obesidade. A oferta, de acordo com o Ministério da Saúde, será feita com base em estudos e na definição de um protocolo clínico.

Em nota, a pasta avaliou como positivos os primeiros resultados observados em pacientes com obesidade do Grupo Hospitalar Conceição, da rede pública de Porto Alegre, selecionados desde junho para fazer uso da semaglutida, um dos princípios ativos das canetas emagrecedoras.

“O objetivo é garantir maior segurança aos participantes [do estudo] e estabelecer diretrizes para o acompanhamento contínuo por médicos especialistas da unidade. Ao todo, serão



acompanhados 250 pacientes do SUS atendidos pelo hospital com obesidade grave ou associada a outras morbidades”, informou o

ministério.

Dentre as situações avaliadas pelo estudo estão pacientes na fila para cirurgia bariátrica. A proposta é

entender se o uso da medicação é capaz de controlar o quadro de obesidade de forma que a cirurgia não se faça mais necessária. Outras

questões analisadas são a redução de problemas cardíacos e de reincidência de câncer de mama.

AG BR

Pix terá novas regras para fraudes, cobrança híbrida e contas-salário



O Banco Central anunciou mudanças no regulamento do Pix para ampliar funcionalidades, reforçar

a segurança e aperfeiçoar a participação de instituições no sistema. Entre as principais novidades, está a

autorização para que o Pix Automático seja usado em contas-salário a partir de julho de 2027.

O BC também regulamentou a chamada cobrança híbrida, que reúne boleto e QR Code do Pix no mesmo documento. A finalidade é evitar pagamentos indevidos ou em duplicidade. As regras passam a valer em fevereiro do ano que vem.

A regulamentação prevê também a possibilidade de dispensar a participação obrigatória de instituições com mais de 500 mil contas ativas, quando o perfil de clientes ou o modelo de negócios não justificar o acesso à infraestrutura do Pix.

Suspensão, prazos e facilidades

Segundo o BC, algumas regras de adesão e de saída de participantes foram aper-

feçoadas, como:

previsão de suspensão imediata de instituições em liquidação extrajudicial;

ajustes de prazos para a saída ordenada em algumas situações.

Essa última diretriz refere-se, principalmente, a instituições que não comprovarem o atendimento dos limites mínimos de capital social e de patrimônio líquido.

De acordo com a autoridade monetária, esses mecanismos facilitarão a retirada de recursos pelos clientes dessas instituições. A penalidade de exclusão do Pix passará a ter efeito imediato, sem o prazo atual de 30 dias.

Fonte: Agência Brasil

Funai abre processo seletivo com salários de até R\$ 7,6 mil em Ji-Paraná

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) abriu processo seletivo simplificado com 59 vagas imediatas para atuação em Ji-Paraná (RO), além da formação de cadastro reserva. As inscrições já estão abertas e seguem até 25 de setembro. Os salários variam de R\$ 2,8 mil a R\$ 7,6 mil.

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas por meio de formulário eletrônico disponível no site da banca organizadora, o Instituto Avalia.

As oportunidades são para os cargos de agente temporário em proteção territorial, com atuação em ações de proteção, e de especialista temporário em proteção territorial, nas áreas de apoio administrativo, suporte em atividades de campo, geoprocessamento e manejo integrado do fogo.

De acordo com o edital, os contratados vão contar com auxílio-alimentação, auxílio-creche e auxílio pré-escolar. A seleção será realizada em duas etapas: análise curricular e entrevista.

As oportunidades são para cargos de níveis médio e superior, com jornada de 40 horas semanais. Os contratos são temporários e têm duração de até quatro anos.

De acordo com o edital, os contratados vão contar com auxílio-alimentação, auxílio-creche e auxílio pré-escolar. A seleção será rea-



lizada em duas etapas: análise curricular e entrevista.

As oportunidades são para cargos de níveis médio e superior, com jornada de 40 horas semanais. Os contratos são temporários e têm duração de até quatro anos.

Confira as vagas, salários e requisitos:

Agente Temporário em Proteção Territorial – Apoio a Ações de Proteção

Vagas: 32 Ampla Concorrência, 1 PcD e 15 Pessoa Preta, Indígena e Quilombola; + CR.

Remuneração: R\$ 2.806,88

Escolaridade: ensino médio completo.

Especialista Temporário

em Proteção Territorial – Apoio Administrativo

Vagas: 3 Ampla Concorrência e 1 Pessoa Preta, Indígena e Quilombola; + CR

Remuneração: R\$ 7.647,20

Escolaridade: nível superior em qualquer área.

Especialista Temporário em Proteção Territorial – Suporte em Atividades de Campo

Vagas: 3 Ampla Concorrência e 1 Pessoa Preta, Indígena e Quilombola + CR

Remuneração: R\$ 7.647,20

Escolaridade: graduação em Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Geografia, Ciências Ambientais, Gestão

Ambiental, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Agronomia ou Engenharia Agrônoma.

Especialista Temporário em Proteção Territorial – Geoprocessamento

Vagas: 1 Ampla Concorrência + CR

Remuneração: R\$ 7.647,20

Escolaridade: graduação em Geografia, Engenharia de Agrimensura, Engenharia Cartográfica, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental e Sanitária, Agronomia ou Engenharia Agrônoma. Também podem concorrer candidatos com graduação em Ciências So-

ciais, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Ciências Ambientais, Gestão Ambiental ou Ciências Biológicas, desde que tenham pós-graduação na área de geoprocessamento.

Especialista Temporário em Proteção Territorial – Manejo Integrado do Fogo

Vagas: 1 Ampla Concorrência e 1 Pessoa Preta, Indígena e Quilombola + CR.

Remuneração: R\$ 7.647,20

Escolaridade: nível superior em qualquer área.

O candidato pode consultar o cronograma completo, as atribuições dos cargos e os demais requisitos no edital do processo seletivo.

G1RO

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editlagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Aposentado ou pensionista que votar não precisará fazer Prova de Vida

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que comparecerem para votar nas eleições de outubro não precisarão fazer a verificação da Prova de Vida neste ano.

De acordo com o Ministério da Previdência Social, a verificação vai ocorrer de forma automática a partir do cruzamento das informações da Justiça Eleitoral com a base de dados do INSS.

A Prova de Vida é um procedimento anual cujo objetivo é identificar se o titular do benefício previdenciário ou assistencial continua vivo para garantir a manutenção de pagamentos.

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, disse que a medida facilita a vida dos pensionistas.

“A Prova de Vida pode se dar por meio do comparecimento eleitoral. Então, se você for votar no dia das eleições, você já terá a prova de vida realizada. O INSS recebe esses dados e já computa como prova de vida”, explicou.

Segundo a pasta, o procedimento abrange atualmente cerca de 40 milhões de beneficiários ativos, entre aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais.

Além disso, desde 2019, como forma de reduzir filas e custos para processo de Prova de Vida, o comparecimento presencial deixou de ser regra, estabelecendo que o INSS busque, de forma proativa, dados que confirmem a condição de vida do cidadão.

Fonte: Agência Brasil



Produção de carnes deve ultrapassar 34 milhões de toneladas em 2026 e 2027, aponta Conab



A produção brasileira das principais proteínas animais, bovina, suína e de aves, deve somar 34,08 milhões de toneladas em 2026. O resultado representa uma expansão de 2% frente ao total obtido em 2025. Para 2027, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta a manutenção da trajetória de crescimento, prevendo uma safra de 34,26 milhões de toneladas (+0,5%).

Os números foram apresentados durante a divulgação da publicação ‘Perspectivas para

a Agropecuária Safra 2026/27’. As estimativas indicam estabilidade no abastecimento do mercado consumidor brasileiro, com uma oferta interna de carnes mantida em torno de 22 milhões de toneladas ao longo do período.

Avicultura de corte: liderança em volume e recuperação internacional

A avicultura de corte desponta como o principal motor do volume produtivo do país, impulsionada por eficiência alimentar, biossegurança rigoro-

sa e alta demanda externa.

Desempenho em 2026: a produção de carne de frango atinge 16,3 milhões de toneladas, o que reflete um crescimento de 3,1%. O setor supera as oscilações sanitárias registradas em 2025 devido ao foco contínuo na prevenção da Influenza Aviária (gripe aviária) no Rio Grande do Sul. As exportações registram uma expressiva recuperação de 11,53%, totalizando 5,76 milhões de toneladas embarcadas.

Perspectivas para 2027: o

volume total produzido deve escalar para 16,7 milhões de toneladas. O consumo interno ganha força, absorvendo 10,9 milhões de toneladas (+3,2%), enquanto as vendas externas atingem 5,8 milhões de toneladas (+0,8%).

Suinocultura: ganhos de produtividade e competitividade global

A carne suína apresenta a maior taxa relativa de crescimento entre as proteínas, respaldada por melhorias genéticas, aumento do plantel de matrizes e maior eficiência no manejo nas granjas.

Desempenho em 2026: o volume produzido alcançará 5,93 milhões de toneladas, avanço de 4,79% sobre 2025. Os embarques ao exterior registram alta de 6,49%, totalizando 1,58 milhão de toneladas. A oferta doméstica se expande em 4,28%, disponibilizando 4,36 milhões de toneladas ao consumidor nacional.

Perspectivas para 2027: a produção avança mais 3,7%, somando 6,15 milhões de toneladas. O mercado internacional deve absorver 1,65 milhão

de toneladas, ao passo que a disponibilidade interna salta para 4,52 milhões de toneladas (+3,6%).

Produção de ovos mantém tendência de alta no abastecimento interno

A avicultura de postura comercial mantém uma trajetória de expansão no Brasil, consolidando o ovo como uma das principais e mais acessíveis fontes de proteína para a população brasileira.

Para 2026, a produção total projetada é de 49,7 bilhões de unidades, o que representa um crescimento de 1,37% em relação ao período anterior. A tendência de alta ganha ainda mais força em 2027, quando o volume produzido deve atingir 51,3 bilhões de unidades, registrando uma elevação percentual anual de 3,30% (um acréscimo de 1,6 bilhão de unidades).

Em ambos os anos, a destinação predominante de toda a produção continuará voltada ao abastecimento do mercado interno, garantindo a oferta direta e a segurança alimentar no país. Com informações de Itatiaia.



Rio: MPF vai à Justiça cobrar plano de redução da letalidade policial

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou à Justiça Federal a concretização do plano para reduzir as mortes por intervenção policial no estado do Rio de Janeiro. O plano é uma determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de 2017 e cabe ao governo e à União.

Na ação, que tramita na 26ª Vara Federal Cível, o MPF pede que os órgãos comprovem de forma detalhada quais são as metas e as políticas de redução da letalidade policial implementadas. Na avaliação do MPF, diante do número recorde de pessoas mortas em ações policiais recentes, como a Operação Contenção, em outubro de 2025, com 122 pessoas assassinadas, e da análise de documentos do governo do Rio, não é possível comprovar o cumprimento da sentença da CIDH.

A União também anexou na ação materiais sem comprovar a elaboração e a execução de planos e metas, segundo o

Ministério Público.

"É necessário apresentar medidas concretas, com metas mensuráveis, prazos, responsáveis, indicadores e mecanismos de acompanhamento capazes de demonstrar resultados efetivos na redução da violência policial", disse o órgão, em nota.

O governo do Rio alega ter cumprido a sentença ao atender as medidas da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, conhecida como a ADPF das Favelas. Em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), a ADPF criou regras para operações policiais no estado, em 2020.

Antes, os índices de mortes em decorrência de intervenção policial tinham disparado, levando a sociedade civil a recorrer ao STF. Foi quando, ao ser eleito governador, ainda em 2018, o ex-juiz Wilson Witzel exaltou o uso letal da força afirmando: "A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo". A declaração foi dada em entrevista à imprensa.

De acordo com o MPF, as medidas apresentadas pelo governo do Rio no contexto da ADPF não comprovam a implementação de uma política de redução da letalidade policial no estado com metas claras e concretas. Em abril de 2025, o STF também reconheceu limitações no plano entregue à Corte.

À Agência Brasil, o governo do Rio reiterou as mesmas medidas e informou que a Secretaria de Estado de Polícia Militar adota "um conjunto permanente de medidas" voltadas à redução da violência e ao aprimoramento da atuação policial. "São cursos, instruções e treinamentos e atualizações", mencionou, em nota.

O MPF sustenta que as medidas determinadas pela CIDH não podem ser consideradas cumpridas apenas pela publicação de atos normativos ou pela apresentação de documentos. "O cumprimento exige políticas públicas efetivas, capazes de

produzir resultados e sujeitas a acompanhamento e reavaliação", frisa o órgão, em nota.

Segundo o Ministério Público, na ação, o governo do Rio se limitou a relatar cursos, treinamentos, compra de equipamento, além de monitoramento da letalidade por meio da produção de dados, sem comprovar a existência de uma política para este fim.

Sem o plano de redução da letalidade policial, o MPF argumenta ainda que cresce o número de assassinatos citando dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. A publicação revela que o número de mortes decorrentes de intervenção policial no Rio passou de 703 pessoas, em 2024, para 798, em 2025, um aumento de 13,5%. O estado registrou 4,6 mortes decorrentes de intervenção policial por 100 mil habitantes, acima da média nacional de 3,1.

O MPF também faz referência às 122 pessoas assassinadas na Operação

Contenção, em outubro de 2025, nos Complexos da Penha e do Alemão, e considerada a mais letal da história, apesar das restrições da ADPF. "O episódio evidencia a insuficiência das medidas adotadas até então para cumprir a determinação da CIDH", analisa.

O tribunal internacional determinou a criação do plano de redução da letalidade policial na sentença que avaliou a participação de forças de segurança do governo do Rio de Janeiro nas chacinas da Favela Nova Brasília, ocorrida em 1994, e no Complexo do Alemão, em 1995, ambas na capital fluminense. Na ocasião, 26 pessoas foram executadas, sendo que três mulheres, duas, ainda adolescentes, foram estupradas por agentes.

Além de responsabilizar o estado pelas chacinas, a Corte ordenou a reabertura de investigações e medidas de reparação às vítimas e familiares.

Fonte: Agência Brasil



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COLORADO DO OESTE
AVISO DE REABERTURA DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026**

A Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste torna pública a reabertura do Pregão Eletrônico Nº 26/2026, Processo Administrativo 1460/2026 – SEMUSA, sendo o critério de julgamento MENOR PREÇO LOTE ÚNICO. Modo de disputa: ABERTO. Objeto: INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, COM PRIORIDADE LOCAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos. INÍCIO DA DISPUTA: 09/10/2026 às 9h. LOCAL: LICITANET – Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal de Compras supracitado e no Portal Transparência do Município www.coloradodoeste.ro.gov.br. Maiores informações, por meio do webmail: cplm@coloradodoeste.ro.gov.br. Telefones (69) 99362-2803 e (69) 3341-3421.

Colorado do Oeste/RO, 18 de setembro de 2026.

**Eliene Medeiros Felix da Cruz
Pregoeira**



**ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL
AVISO DE ADIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 08/2026
PROCESSO Nº 87/2026**

A Câmara de Vereadores de Cacoal no Estado de Rondônia, por meio da Diretoria de Compras e Contratos, torna público aos interessados o ADIAMENTO da dispensa eletrônica nº 08/2026, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE XÍCARAS COM PIREX EM PORCELANA, PERSONALIZADOS COM IDENTIDADE VISUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL/RO.

Comunicamos que a sessão, inicialmente marcada para o dia 21/09/2026, de 09:00h às 15:00h (horário de Brasília), foi reprogramada para o dia 24/09/2026, no mesmo horário.

Prazo de envio de propostas: até 24/09/2026 às 08:59h (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

Período da etapa de lances: 24/09/2026 às 09h até 24/09/2026 às 15h (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

Local da sessão: LICITANET (<https://www.licitanet.com.br>)

O edital e seus anexos estão disponíveis, na sala da Diretoria de Compras e Contratos no endereço supracitado em dias úteis, das 08h30min às 14h30min e nos endereços: www.licitanet.com.br ou <https://transparencia.cacoal.ro.leg.br/portal-transparencia/15/licitacoes>

CACOAL/RO, 18 de setembro de 2026.

**MATHEUS NOGUEIRA GUSMÃO
AGENTE DE CONTRATAÇÕES**

Governo terá que cortar despesas para fechar as contas em 2027, diz IFI



Em seu mais recente relatório de acompanhamento fiscal, a Instituição Fiscal Independente (IFI) analisa o projeto do Orçamento 2027 e avalia que o governo federal terá dificuldades para cumprir a meta de resultado primário de 2027. Com isso, a instituição prevê um significativo corte de despesas no ano que vem.

A meta de superávit primário de R\$ 18,6 bilhões — que consta no projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2027 — não deve ser cumprida, segundo os cálculos da IFI. Eles apontam na direção contrária: um déficit de R\$ 86,1 bilhões. Por isso, o relatório prevê que o governo federal terá de congelar pelo menos R\$ 35,7 bilhões em gastos ao longo do próximo ano para tentar cumprir formalmente a meta.

Juros e dívidas

O relatório da IFI mostra que os juros continuam elevados, e uma das razões seria o crescimento da dívida pública. Na avaliação da IFI, o Brasil está em um ciclo difícil, pois o maior endividamento empurra os juros para cima, o que faz a dívida crescer ainda mais. Assim, o governo tem restrições orçamentárias, e não pode cortar despesas obrigatórias.

Os juros altos também influenciam no custo das dívidas da população, como o financiamento imobiliário, o cartão de crédito e o crédito consignado.

A dívida do setor público equivale atualmente a 82,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo a IFI, a porcentagem pode chegar a 86,4% até o final de 2027.

Quando falta dinheiro, o governo acaba sendo obrigado a cortar despesas com obras, investimentos e serviços públicos. Houve contingenciamento de gastos em 2026, lembra a IFI, e o mesmo deve ocorrer em 2027.

A instituição avalia que a previsão do PIB em 2027, diz a IFI. O Bolsa Família terá R\$ 157,1 bilhões no ano que vem, e o BPC, R\$ 145,1 bilhões. Abo- no salarial e seguro- -desemprego também estão garantidos, com previsão de gastos de R\$ 104,7 bilhões.

Além disso, o projeto de Lei Orçamentária de 2027 (PLN 24/2026) prevê usar R\$ 10,5 bilhões para pagar o programa Pé-de-Meia, destinado a alunos do ensino médio público. Outras despesas que constam no Or-

çamento da União de 2027 são o novo salário-paternidade, que passa a valer em 1º de janeiro, e a ampliação do salário-maternidade para trabalhadoras autônomas e rurais.

O dispêndio com pagamentos de precatórios, entretanto, será de R\$ 97,7 bilhões — R\$ 24,6 bilhões a menos que em 2026.

O projeto de Lei Orçamentária para 2027 foi enviado pelo governo ao Congresso em agosto e agora será examinado pelos parlamentares.

A instituição Criada no âmbito do Senado em 2016, a IFI tem como atribuições acompanhar as contas públicas, analisando o cenário fiscal e orçamentário e estimando o impacto de medidas econômicas. As análises são divulgadas a cada mês nos relatórios de acompanhamento fiscal elaborados pela instituição.

Fonte: Agência Senado

**A Gazeta
de Rondônia**

32 Anos

LIGUE

3311-3714

**Divulgação de
Editais, Pedidos
de Licença
Ambiental e outras
Publicações Legais**



Estudo aponta esgotamento emocional e burnout de médicos de UTI

Quase metade (48,5%) dos médicos que trabalham em unidades de terapia intensiva (UTIs) no Brasil apresenta nível elevado de esgotamento mental e emocional. Além disso, 46,4% desses profissionais relatam baixo grau de satisfação com suas atividades.

Os dados fazem parte do Inquérito Nacional sobre a Força de Trabalho Médica das UTIs Brasileiras, conduzido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib) em parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM).

O estudo ouviu 2.338 profissionais em 26 estados e no Distrito Federal.

Em nota, a Amib avaliou que os achados sugerem um quadro de grande vulnerabilidade de médicos intensivistas à síndrome de burnout, fenômeno caracterizado por exaustão emocional, distanciamento afetivo e sensação de baixa realização pessoal.

Para a entidade, a saúde mental dos profissionais não deve ser tra-

tada como pauta secundária, mas como questão prioritária para políticas públicas, além de exigir mobilização de gestores, instituições e autoridades de saúde.

Em coletiva de imprensa, o diretor de Comunicação do CFM, Estevam Rivello, chamou a atenção para os diferentes impactos da pressão em médicos intensivistas dos sistemas público e privado.

“No sistema suplementar, o profissional tem uma estrutura, um arsenal terapêutico que ele pode implementar na assistência ao doente grave com maior facilidade do que quando comparado ao serviço público”, disse.

“O nível público, com absoluta convicção, registra maior estresse, porque lida com um profissional que não tem a mesma remuneração do serviço suplementar e que tem mais vínculo empregatício em relação ao serviço suplementar”, complementou Rivello.

Esgotamento

Os números mostram que quatro em cada cin-

co (79,7%) médicos que atuam em UTIs requerem atenção e cuidado com a saúde emocional – enquanto 31,2% indicaram esgotamento moderado, 48,5% sinalizaram alto nível de desgaste.

Do total de entrevistados, apenas 20,3% relataram baixos níveis de esgotamento emocional.

Na avaliação da Amib, o quadro decorre, possivelmente, da carga horária de trabalho elevada, da exposição constante a situações críticas, incluindo a precariedade da infraestrutura, e a demanda crescente da população por cuidados diante de uma rede de cobertura limitada.

Também são apontados como fatores potenciais para esse cenário o confronto diário dos profissionais com situações limite (dor, sofrimento e morte) e com a exigência de tomadas de decisões necessariamente ágeis e precisas.

Ainda de acordo com o estudo, a baixa satisfação com a atividade desempenhada, apontada

por 46,4% dos entrevistados, segue o mesmo patamar proporcional daqueles que indicaram altos níveis de esgotamento mental.

Quando inseridos aqueles com grau moderado de satisfação, 84,5% da força de trabalho médica demonstra não estar totalmente satisfeita com o próprio exercício da medicina nas UTIs.

Despersonalização

Ainda de acordo com o estudo, 45,6% dos intensivistas afirmam ter algum grau de despersonalização, fenômeno caracterizado pelo distanciamento emocional e pela adoção de atitudes classificadas como frias, apáticas ou até mesmo cínicas com relação a pacientes e colegas de trabalho.

“Esse comportamento prejudicial ao ambiente assistencial compromete a qualidade do atendimento, afeta a dinâmica de comunicação nas equipes e se contrapõe à humanização do cuidado. Enquanto 29,6% dos médicos responderam por um nível moderado de

despersonalização, 16% reportaram níveis elevados desta percepção”, destacou a Amib.

Os dados mostram ainda que, quanto maior o grau de especialização do médico que trabalha no ambiente intensivo, menor o nível de esgotamento mental, menor a referência a comportamentos de distanciamento afetivo e maior o grau de realização pessoal com o exercício da profissão.

Por outro lado, quanto menos especializado o médico, maiores os níveis de esgotamento, de distanciamento e menor a satisfação com o próprio desempenho.

Entre médicos intensivistas, 44,5% relataram alto nível de esgotamento emocional, 12,7% alto grau de despersonalização e 39,8% baixo nível de satisfação com o próprio desempenho.

Em contraste, entre os médicos generalistas que trabalham nas UTIs, os percentuais foram 52,3%, 20,1% e 50,7%, respectivamente.

Fonte: Agência Brasil

Lei proíbe prisão de candidatos e eleitores durante período de votação

A legislação oferece uma espécie de "imunidade" para candidatos e eleitores, para que não sejam presos durante as votações. Mas há exceções. Veja a seguir como isso funciona.

Os candidatos que concorrem nas eleições de 4 de outubro (1º turno) não podem ser detidos ou presos a partir deste sábado (19). Isso vale até 6 de outubro. A prisão nesse período só pode acontecer em caso de flagrante delito.

A proteção está prevista no artigo 236 do Código Eleitoral: os candidatos não podem ser presos a partir de 15 dias antes da eleição até 48 horas depois da votação.

A medida também vale para o segundo turno, marcado para 25 de outubro: nenhum candidato que ainda estiver concorrendo poderá ser detido ou preso entre 10 e 27 de outubro, a não ser em caso de flagrante delito.

Conforme destacam vários tribunais regionais eleitorais, o objetivo é assegurar o equilíbrio da disputa, evitando que eventuais prisões sejam realizadas com o objetivo de prejudicar candidatos.

O flagrante delito acontece quando alguém é surpreendido cometendo um crime ou logo após tê-lo praticado. Boca de urna e compra de votos, por exemplo, são crimes eleitorais



que permitem a prisão em flagrante.

Prisão

Se ocorrer a prisão de um candidato, ele deverá ser imediatamente conduzido à presença de um juiz competente, que irá avaliar a legalidade da detenção. Se constatar ilegalidade, o juiz deverá determinar a soltura imediata, além de poder responsabilizar o autor da prisão.

Mesmo que a detenção em flagrante delito seja confirmada, o candidato poderá concorrer às eleições, pois a legislação exige condenação por órgão colegiado ou trânsito em julgado (condenação

definitiva) para impedir o direito de disputa.

Eleitores

A "imunidade" também vale para os eleitores, mas por um período menor: de acordo com o Código Eleitoral, nenhum eleitor poderá ser preso a partir de cinco dias antes das eleições até 48 horas depois da votação.

Assim, os eleitores não podem ser detidos ou presos entre 29 de setembro e 6 de outubro — pois o primeiro turno acontece em 4 de outubro.

Também não podem ser detidos ou presos entre 20 e 27 de outubro (já que o segundo turno ocorre no dia

25 desse mês).

O objetivo é evitar que o cidadão seja impedido de exercer seu direito ao voto. A origem dessa proteção remonta ao primeiro Código Eleitoral do país, de 1932, que buscava evitar a intimidação dos eleitores pelos "coronéis" (chefes políticos regionais da época).

Mas há três casos em que o eleitor poderá ser detido ou preso nesse período: flagrante delito;

sentença criminal condenatória por crime inafiançável (decisão definitiva da Justiça que condena alguém por um crime grave, para o qual a lei não permite o pa-

gamento de fiança);

desrespeito a salvo-conduto (quando alguém descumpra uma ordem da Justiça Eleitoral que protege outro eleitor contra ameaças ou coerção para votar, para não votar ou por já ter votado).

Mesários e fiscais

Mesários e fiscais de partido têm direito à imunidade eleitoral, mas somente enquanto estiverem exercendo suas funções (nos dias das votações).

Apesar dessa proteção, eles poderão ser detidos ou presos em caso de flagrante delito.

Fonte: Agência Senado

**AMATUR**

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br



+de 20
destinos
pela Amazônia

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**